Pesquisa inédita

População não conhece os riscos dos agrotóxicos

Camila Nobrega
camila.nobrega@oglobo.com.br

Divulgação/ Inpev

FUNCIONÁRIO usa equipamento de proteção contra agrotóxicos

Mesmo sob a crescente pressão da sociedade civil, quem vive na área rural do Brasil ainda é constantemente impactado por agrotóxicos pulverizados nas lavouras de monocultura do país. Muitas vezes, estes produtos são aplicados a menos de dez metros de escolas e residências. O pior: em casas de pequenos agricultores, que não fazem ideia dos riscos, acabam se tornando embalagem para acondicionar até comida. A situação é descrita no "Dossiê sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde no Brasil" feito pelos principais pesquisadores de saúde do país, ao qual o Razão Social teve acesso, e que será apresentado no Congresso Mundial de Nutrição Rio 2012, na próxima sexta-feira, em Brasília.

Segundo um dos coordenadores do dossiê, o médico e pesquisador Fernando Carneiro, a ideia é fazer frente à bancada ruralista no Congresso Nacional, que aumentou o lobby para liberação do uso de novas substâncias — muitas proibidas nos Estados Unidos e na Europa — pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa):

— Os ruralistas querem uma agência única para agilizar a aprovação de novos agrotóxicos. Isso pode tirar o poder da Anvisa. Os mecanismos de controle do país já são falhos.

O documento reúne os dados mais recentes sobre o assunto, impulsionado pelo fato de o Brasil ter se tornado, nos últimos três anos, o maior mercado consumidor de agrotóxicos no mundo. O dossiê é encabeçado pela Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), em parceria com a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal do Ceará (UFCE) e a Fiocruz do Rio de Janeiro.

Um dos estudos que será apresentado é do médico e pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso Vanderlei Pignatti, ainda inédito. Ele analisou o sangue e a urina de professores das áreas urbanas e rurais das cidades de Lucas do Rio Verde e Campo Verde, no Mato Grosso do Sul. Foram colhidas amostras de 79 professores, 35 em duas escolas da área rural e 39 em duas na área urbana. Havia sinais de agrotóxicos em 70 amostras. Entre os professores da Zona Rural, o nível de resíduos encontrado foi o dobro da zona urbana. Segundo Pignatti, trata-se de um alerta:

— Muitos têm intoxicação crônica, que acontece por conta de exposição contínua aos agrotóxicos. Isso pode desencadear várias doenças.

Ainda de acordo com Pignatti, muitas escolas nas áreas rurais ficam a menos de dez metros de plantações de soja, milho ou algodão, o que significa um risco grave à saúde de alunos e professores. Há uma lei, de 2008, que obriga uma distância de pelo menos 500 metros para a pulverização de agrotóxicos, mas ela não é cumprida em muitos municípios. De acordo com o professor, há 71 cidades do país nessa situação.

Em outra pesquisa, Pignatti detectou agrotóxicos no leite materno. Foram colhidas amostras de 62 mães da área rural de Lucas do Rio Verde e em todas foi encontrado DDT, substância proibida no Brasil desde 1985. Como todas as mães nasceram antes do período, foram contaminadas e até hoje possuem a substância no corpo. Além disso, em 76% foi encontrado o agrotóxico Endosulfan, proibido em toda a Europa, que só será retirado Brasil em 2013.

As instituições responsáveis pelo dossiê fazem parte da Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida, criada há pouco mais de um ano. O objetivo é mostrar que agrotóxicos são uma escolha não relacionada apenas à economia. Os insumos químicos aumentam a produtividade. Mas, quando se avalia a sustentabilidade, vê se que há desgaste de solos, danos à saúde e dependência econômica dos agricultores.

Não faltam histórias como a do agricultor Nilfo Wandstheer. Morador de Lucas do Rio Verde, ele foi diagnosticado com intoxicação crônica, e sua mulher teve um aborto espontâneo. Há seis anos, Nilfo e a esposa estavam na cidade quando pulverizou agrotóxicos em toda a cidade, com um avião, num caso que ficou famoso à época.

— Fugimos das lavouras de fumo no Sul, onde eu já tinha me intoxicado, mas aqui as plantações de algodão e soja também têm muitos agrotóxicos. As pessoas passam mal e não sabem a causa.

O principal desafio dos médicos é provar os danos causados pelos agrotóxicos, já que os sistemas nacionais têm índices imensos de subnotificação, segundo a pesquisadora da Fiocruz e coordenadora do Sistema Nacional de Intoxicação (Sinitox), Rosany Bochbochner:

— Os médicos não são capacitados para diagnosticar as intoxicações. Isso cria brechas que as empresas usam para desqualificar os dados.

A pesquisadora da Universidade Federal de Ceará Raquel Rigotto estuda agricultores na região do Baixo Jaguaribe (PE), onde a fruticultura irrigada cresceu com a chegada de transnacionais. Ela pesquisou 545 agricultores e concluiu que 30,7% deles apresentavam sintomas de intoxicação no momento da entrevista.

— O número de intoxicações é altíssimo, mas o SUS (Serviço Único de Saúde) não está pronto para identificar.

Continua na página seguinte

Divulgação/Inpev

FUNCIONÁRIOS de uma central de reciclagem do Inpev fazem separação de embalagens para reciclagem

Apesar de lei, reciclagem de embalagens ainda é falha

Enquanto numa ponta da cadeia o uso dos agrotóxicos preocupa, na outra ponta o problema é o descarte. Desde 2000, a lei 9.974 obriga as empresas fabricantes dos insumos químicos a implantarem um sistema de logística reversa, para garantir a destinação correta das embalagens. Por isso, o sistema de reciclagem do setor é hoje um dos mais avançados do país. Mas ainda falta muita informação, especialmente para os pequenos agricultores. E os pontos de coleta espalhados pelo país ainda não dão conta da quantidade de embalagens descartadas todos os dias.

A proposta da logística reversa é a seguinte: o agricultor usa o agrotóxico, guarda a embalagem e leva a algum ponto de coleta. Depois disso, os resíduos são levados para centrais de reciclagem, que são, na maioria dos casos, cooperativas parceiras. Segundo o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpev), instituição criada por fabricantes de agrotóxicos para lidar com a exigência da logística reversa, existem hoje no país 420 unidades de recebimento pelo país, em 25 estados brasileiros. O Inpev afirma que o investimento total nesse sistema, nos últimos 12 anos, foi de R$ 500 milhões. E muitas dessas centrais foram implantadas em parceria com o poder público.

Ano passado, segundo o instituto, foram recolhidas nove mil toneladas de embalagens, o que representa aumento de 17% em relação a 2010. Em dez anos de atuação, o sistema, que ganhou o nome de Campo Limpo, já recolheu 200 mil toneladas de embalagens.

Mas a quantia é pequena, segundo especialistas no assunto, se comparada à quantidade de agrotóxicos utilizada no país. Na prática, para as grandes empresas é viável fazer o recolhimento e enviar as embalagens a uma central do Inpev, para participar da logística reversa. Mas, para o pequeno agricultor, a realidade é diferente. É o que afirmou a engenheira agrônoma Flávia Londres, autora do livro "Agrotóxicos no Brasil - um guia para a ação em defesa da vida" (disponível em formato online no endereço http://bit.ly/rchS6D):

— No interior, as embalagens são usadas pelas famílias para tudo, até para guardar alimentos. E muitas delas vão parar nos rios. As empresas jogam a culpa para os agricultores, mas, se os agrotóxicos chegam com facilidade até eles, o sistema de logística reversa também deveria. Não é o que acontece. E como um pequeno produtor faz para entregar uma quantidade pequena de embalagens em outra cidade? Eles não têm recursos para isso. E as lojas agropecuárias, que vendem sementes e agrotóxicos e teoricamente receberiam as embalagens descartadas, não estão preparadas para isso.

No Rio de Janeiro, por exemplo, há apenas três postos de recolhimento do Inpev. A única grande central fica em Campos dos Goytacazes, e há dois postos menores nas cidades de Paty do Alferes e Nova Friburgo. Ou seja, um pequeno agricultor deve armazenar o produto descartado, e levá-lo nos postos que, muitas vezes, ficam a quilômetros de distância.

Segundo Flávia, é comum que as cidades usem métodos provisórios de recolhimento, que podem apresentar riscos à saúde dos moradores. Foi o caso da cidade de Camocim de São Félix (PE), que ela visitou em 2010, quando o sistema de logística reversa ia ser implantado pelo Inpev, em parceria com a prefeitura:

— O município criou um sistema provisório e pediu aos produtores rurais que colocassem as embalagens num local à beira da estrada, onde crianças passam, brincam. Ou seja, há muita desinformação até do poder público.

Para saber mais sobre pontos de recolhimento, o site da instituição é inpev.org.br.